

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA – 2023.

1 Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, às 8:30
2 horas iniciou a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Meio Ambiente –
3 CONSEMA a Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente do CONSEMA em
4 substituição, deu por aberta a 11ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, com o
5 quórum formado. Item I – Relação de presença dos representantes do Conselho
6 Pleno na 11ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno: Adelayne Bazzano de
7 Magalhães, representante da Secretaria de Estado de Saúde; André Rodrigues
8 Santos, representante da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos
9 Fundiários; Ticiano Juliano Massuda, representante da Procuradoria Geral do Estado;
10 Severino de Paiva Sobrinho, representante da Universidade do Estado de Mato
11 Grosso; Kálita Cortiana Seidel, representante da Federação das Indústrias do Estado
12 de Mato Grosso; Edvando Belisário, representante do Federação da Agricultura e
13 Pecuária de Mato Grosso; Fabíola Laura Costa Correa, Representante da Federação
14 Do Comércio De Bens, Serviços E Turismo Do Estado De Mato Grosso; Paulo
15 Grisoste, Representante da Ordem dos Advogados; Nathacha de Carvalho,
16 representante da Associação Mato-grossense dos Municípios; Sandro Andreani,
17 representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura; José Carlos Bazan,
18 representante Guardiões da Terra; Herman Hudson de Oliveira, representante do
19 Instituto Caracol; Rodrigo Gomes Bressane representante do Instituto Ecológico e
20 Sociocultural da Bacia Platina; Álvaro Fernando Cicero Leite, representante do
21 Instituto Ação Verde; Paolo Rodrigues, representante da Grupo Pró-Ambiental; Mário
22 Zortéa Antunes Júnior, representante da Associação dos Produtores Rurais da APA
23 Estadual Nascentes do Rio Paraguai; Márcio Augusto Fernandes Tortorelli,
24 representante do Instituto Técnico de Educação, Esporte e Cidadania; tendo o quórum
25 firmado, com a palavra a Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente do CONSEMA
26 em substituição, questiona a Secretária Executiva - Silvia Fernanda Theophilo
27 Carmona quanto a pedido de inclusão ou inversão de pauta, a Secretária nega e traz
28 os informes quanto a Audiência Pública e sobre a indicação de representante do
29 CONSEMA CEA/MT – Comissão Inter constitucional de Educação Ambiental, que o
30 Conselheiro Bazan já faz parte da comissão e precisam reconduzi-lo e seu suplente.
31 A presidente questiona quem gostaria de se inscrever como suplente, a Conselheira
32 Adelayne pela SES se manifesta positivamente. A presidente solicita que o
33 Superintendente Valmi esclareça quanto a audiência pública, que informa sobre o
34 pedido da empresa FS de cancelamento da audiência em face de problemas
35 administrativos, e a nova data será comunicado a todos. Finalizando os informes e
36 esclarecimentos. A Presidente em substituição coloca em discussão a Ata da 10ª
37 Reunião Ordinária. As atas foram aprovadas por unanimidade, o Conselheiro Herman
38 manifesta que se abstém de votar por não estar presente na referida reunião.

39 Seguindo a pauta, **Processo nº 7002303/2023 - SLC Agrícola Centro Oeste S.A.-**
40 **Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** A Presidente passa a palavra ao
41 Superintendente Valmi para apresentar o processo em discussão, que se trata de um
42 processo depósito de defensivos agrícola, no município de Tabaporã em uma
43 propriedade rural. Que o município relativamente pequeno em torno de 10.000
44 pessoas, e esse projeto fica lindíssima Terra indígena Batelão, dentro da zona de
45 amortecimento, nos 10 km, que já ocorreu os trâmites burocráticos na FUNAI, e que
46 existe questão judicial judicializada na região, e não há nenhum indígena que residem
47 na área, que possui 187.000 hectares, esclarece que a população Batelão tem 150
48 pessoas, mas que estão alocados no Xingu e Kaiabi, logo não há como cumprir a OIT
49 devido essa ausência de moradores. Desta forma, o processo foi encaminhado ao
50 CONSEMA em função da legislação. Que o projeto foi elaborado pelo responsável
51 técnico e analisado pela equipe multidisciplinar da SEMA. Documentação Pertinentes:
52 Plano de Controle Ambiental; Impactos Ambientais; Medidas de Mitigadoras; Plano de
53 Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS; ofício à FUNAI recebido dia
54 14/09/2023; Sem ATA da reunião em face da ausência de moradores. Impactos
55 Ambientais: Poluição do Solo; Ocorrência de Acidentes de trabalho. Medidas
56 Mitigadoras: Como medida de controle de poluição, os defensivos agrícolas serão
57 armazenados em depósito fechado, com abertura e piso de concreto, o depósito conta
58 com drenagem para caixa de concentração, onde eventuais derreamentos ou águas
59 de lavagem, ficarão contidos; No caso de ocorrência de derramamentos ou na
60 ocorrência de necessidade de lavagem do piso do depósito de produtos perigosos, os
61 líquidos gerados serão drenados para caixa de contenção impermeabilizada, no
62 exterior do depósito de defensivos; A unidade do pátio de descontaminação possui
63 sistema de tratamento adequado a este tipo de efluente (ozonizador e tanque de
64 solarização); Para evitar a ocorrência de acidentes de trabalho na operação das
65 atividades, a unidade conta com a presença de técnico de segurança no trabalho, que
66 fica responsável pelo acompanhamento e orientação dos procedimentos de
67 segurança no manuseio dos defensivos agrícolas; Os funcionários que atuam no
68 depósito de defensivos recebem equipamento de proteção individual (EPI) para que
69 possam exercer suas funções de forma segura. Recomendação de dispensa de
70 EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 172376/CLABI/SUIMIS/2023 que analisou o processo,
71 avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA/RIMA por ser um
72 projeto que não impactar diretamente as Terras Indígenas. Em discussão. O
73 Conselheiro Herman pela Icaracol questiona se o empreendimento está sobre uma
74 terra em litígio. Valmi responde que não, que o empreendimento está a 5km da TI, na
75 zona de amortecimento. O Conselheiro Sandro diz que por ser um processo de LAS,
76 analisou a parte técnica estão com todas as informações claras e bem instruído e que
77 permite uma avaliação para dispensa do EIA/RIMA, mas aponta que na página 284 do
78 processo a ART do biólogo Dorico Ferreira não está assinada pelo contratante. Valmi
79 informa que irão providenciar. Não havendo interessados no uso da palavra. Posto em
80 votação de dispensa de EIA/RIMA do Processo nº. 7002303/2023 - Votaram favoráveis

81 à dispensa: CREA, OAB, AMM, SEAF, SES, PGE, Ação Verde, UNEMAT, FIEMT,
82 GPA, Guardiões da Terra, IESCBAP, FECOMÉRCIO. Votaram contrário à dispensa:
83 ICARACOL. Considerando a decisão, por maioria, com 13 votos, fica aprovada a
84 dispensa de EIA/RIMA do Processo nº. 7002303/2023 - SLC Agrícola Centro Oeste
85 S.A, consequentemente referenda o Parecer Técnico nº 172376/CLABI/SUIMIS/2023
86 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Segundo processo da pauta – **Processo**
87 **nº 9504/2023 - Arni Alberto Spiering - Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;**
88 Com a palavra o Valmi, explica que se trata de um processo de irrigação que iniciou-
89 se em 2012, onde inicialmente para três pivôs implantados 2015 após as liberações
90 das licenças, e em 2016 ampliou para 6 pivôs, e em 2018 iniciou-se um terceiro
91 processo com mais 4 pivôs, e agora em 2023 mais um processo juntou mais um pivô,
92 num total de 10, com a área de 1.114 há, e que foi solicitado a juntada de todos os
93 processos e por isso não ficou tão compreensível e os conselheiros apontaram
94 dificuldades e por isso narrou os fatos acima. Informa que é um projeto no município
95 de porto dos Gaúchos, que possui em torno de 5.500 mil pessoas, apresenta mapa de
96 situação com todos os pivôs demarcados e que não afeta nenhuma zona de interesse
97 ambiental, com todas as captações, devidamente, regularizada. Valmi passa a palavra
98 para seu Coordenador Jeronimo, engenheiro agrônomo, para esclarecer os aspectos
99 do impacto do empreendimento. Inicia que, as captações derivam de poços quanto de
100 água superficial, direcionando para um reservatório que faz o recalque, para os pivôs
101 centrais. Que o projeto foi elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar e
102 analisado pela equipe multidisciplinar da SEMA. Documentação Pertinentes: Plano de
103 Controle Ambiental; Impactos Ambientais; Medidas de Mitigadoras; Relatório
104 Ambiental Simplificado – RAS; Diagnostico Ambiental. Impactos Ambientais
105 Negativos: Perda de água, Possibilidade de Alteração do solo; Salinidade do solo;
106 Perturbação à fauna e flora da região; Impactos Ambientais Positivos: Geração de
107 empregos diretos e indiretos; Aumento na produção de culturas vegetais em menor
108 área; redução no uso de fertilizantes químicos. Medidas Mitigadoras: Realizar o
109 manejo racional do sistema de irrigação. Manejo racional da significa aplicar a água
110 no momento e volume correto, determinando, assim a garantia de maior produtividade
111 aumento da eficiência e redução de custos de operação do sistema; Entende-se que a
112 irrigação não causa impactos qualitativos na água, apenas quantitativo. Com isso será
113 feito no monitoramento do uso da água pelos hidrômetros instalados com
114 equipamentos, anotados mensalmente no formulário XXI; Para prevenir o
115 assoreamento e erosão a margem do curso será feito obras de contenção e
116 direcionamento de enxurrada como valetas e drenos; Será implantado também ao
117 redor da casa de maquinas e onde foi suprimido a mata, para a estação de rede
118 elétrica, espécies de gramíneas que tem suas raízes profundas para melhorar a
119 estrutura do solo; Também será feito um canal de chamada, em direção a captação,
120 como orientação perpendicular ao fluxo do curso d'água, para evitar o assoreamento
121 da região da captação e também o acúmulo de sedimentos da válvula de pé; Caso
122 haja erosão. Será feito a reposição do material, juntamente com plantas acarretadas

no curso, limpeza e retirada de todo material sedimentado nas imediações; Eliminar a possibilidade de formação de abrigo de animais, como morcegos, nas estruturas associadas a irrigação. Recomendação de dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº 171734/CAPIA/SUIMIS/2023 que analisou o processo, avalia o projeto de licenciamento e recomenda dispensa de EIA por ser um projeto que não se caracteriza como significativo impacto ambiental. Valmi diz ainda que, em função dessa aparente complexidade, esclarece que se tem a renovação de Licença de Operação do pivô 1 2 3 4 e 5, tem a LO dos pivôs 6 7 8 e 9 e LP e LI do pivô 10. Em discussão. O Conselheiro Herman pede vistas do processo. A Presidente concede e informa que entrará na próxima pauta. **Processo nº 7002609/2023 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – Recomendação de Dispensa de EIA/RIMA;** Com a palavra Valmi esclarece que este projeto é recuperação de área de rodovia na região de Sapezal, rodovia 388/MT – 505, sendo 47km sentido sul, contudo, 5km adentra a zona de amortecimento da TI Paresi. Que a SINFRA requer Licença Ambiental Simplificada, apresentando toda documentação, inclusive, manifestação da TI através da ata. Os povos Paresi tem a população de 919 com 563.586 ha. Que o projeto foi elaborado por uma equipe técnica multidisciplinar e analisado pela equipe multidisciplinar da SEMA. Documentação Pertinentes: Plano de Controle Ambiental; Impactos Ambientais; Medidas de Mitigadoras; Diagnostico Ambiental; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS; Ofício à FUNAI recebido dia 02/10/2023; Ata da reunião da consulta com os indígenas. Impactos Ambientais: Poluição do Ar; Poluição Sonora; Poluição do Solo; Poluição da Água; Atropelamento da Fauna; Supressão de Vegetação "Limpeza de Solo"; Risco de Ravinamento e Erosão; Elevação de Temperatura no Local; Redução da Velocidade do Tráfego; Geração de Resíduos Sólidos. Medidas Mitigadoras: Seleção de locais adequados para instalação de acampamentos e canteiro de obras, assim como de outras estruturas físicas, conforme o previsto na legislação, condições físicas locais (de solo e relevo), considerando-se, especialmente a direção dos ventos e a proximidade de áreas residenciais, locais turísticos, sendo especificados os níveis de poluição do ar e os equipamentos de controle de emissões; Aspersão de água diariamente ao longo do trecho em obras nos locais de geração de poeira e forte controle da movimentação de terra; Instalação e utilização de equipamentos de conformidade com a legislação vigente e com operação dentro dos limites aceitáveis de emissão de poluentes; Monitoramento sistemático dos equipamentos/máquinas e de outras fontes de emissão de poluentes atmosféricos, de modo reduzir os efeitos adversos da emissão de poluentes, em especial poeira acima dos padrões aceitáveis pela legislação vigente; Utilizar lonas nas proximidades das comunidades para cobrir as caçambas dos veículos durante o transporte de cargas que possam lançar materiais particulados; A Prevenção e Controle de Processos Erosivos, a ser implantado durante a fase de execução do projeto será a construção de bacias de sedimentação de águas pluviais ao longo do traçado, sempre observando a coincidência com as curvas de níveis das propriedades, para que a água acumulada não comprometa o

165 pavimento; Implantar bacias de contenção ao longo da área de empréstimo, em
166 quantidade e tamanho suficiente para conter as águas pluviais. Adotar sistema
167 camalhões, tipo nichos para drenar as águas pluviais para a propriedade adjacente;
168 Compactação do solo na pista de tráfego e no bordos e alas da estrutura da ponte e
169 plantio de gramíneas por meio de hidro-semeaduras em todos os taludes; Fazer a
170 manutenção e limpeza dos bicos da barra aspersora somente na área da usina de
171 asfalto em local previamente determinado; Armazenar todo o solo orgânico, assim
172 como a serapilheira e o banco de germoplasma em bota espera na forma de leira ao
173 longo da faixa de domínio para utilização nas conformações; Uso de EPI's;
174 Treinamento de mão de obra e sinalização de riscos, Operação Siga e Pare.
175 Recomendação de dispensa de EIA/RIMA o Parecer Técnico nº
176 172339/CLABI/SUIMIS/2023 que analisou o processo, avalia o projeto de
177 licenciamento e recomenda dispensa de EIA por ser um projeto que visa melhorar as
178 condições de tráfego e não impactar diretamente as Terras Indígenas. Em discussão.
179 Com a palavra o Conselheiro Sandro pelo CREA, diz que verificou o diagnóstico
180 ambiental e que o mesmo não tratou de levantamentos mais primários, e que faltou
181 um tópico quanto a fauna. E na página 80 a ART do Alex Ramos engenheiro
182 ambiental, esta sem assinatura do contratado, mas na 228 está assinada. E que não
183 localizou mais nenhum ART dos outros técnicos. Valmi esclarece ao Sandro que irá
184 verificar e providenciar quanto as ART's, e sobre o Diagnóstico, informa que a rodovia
185 já passou por um processo de licenciamento, e agora é somente recuperação, e que
186 entendem que as informações se simplificam no próprio contexto do empreendimento,
187 em função do baixo impacto. Lilian e Jeronimo complementam reforçando que por se
188 tratar de LAS, simplificado o levantamento primário fica para o processo de
189 licenciamento, e que não há alteração de traçado, apenas manutenção rotineira. Não
190 havendo mais interesse no uso da palavra. Posto em votação de dispensa de
191 EIA/RIMA do Processo nº. 7002609/2023 - Votaram favoráveis à dispensa: CREA,
192 OAB, AMM, SEAF, SES, PGE, Ação Verde, UNEMAT, FIEMT, GPA, Guardiões da
193 Terra, IESCBAP, Fecomércio, ITEEC. Contrário à dispensa: ICARACOL.
194 Considerando a decisão, por maioria, com 14 votos, fica aprovada a dispensa de
195 EIA/RIMA do Processo nº 7002609/2023 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e
196 Logística, consequentemente referenda o Parecer Técnico nº
197 172339/CLABI/SUIMIS/2023 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. O
198 conselheiro Marcio pela ITEEC relata problemas técnicos e conseguir acesso somente
199 agora. Assuntos Gerais: O conselheiro Paulo pela OAB, sugere uma proposta de
200 inclusão quanto a minuta de descentralização que já foi elaborada pela SEMA, no mês
201 de dezembro, acerca da constituição de uma comissão para iniciar os trabalhos em
202 2024. A Presidente diz que a SEMA tem uma superintendência de descentralização e
203 desconcentração, e que a Superintendente Helen, havia mencionado com a mesma,
204 hoje, quanto à referida sugestão, uma vez que a OAB é a presidente da Comissão, e
205 solicita ao Paulo formalize o pedido. O Conselheiro Herman menciona que está com
206 dúvida quanto a aprovação do Regimento Interno, e se foi aprovado e publicado, e

207 onde o encontra no sítio da IOMAT. A Presidente informa que já foi aprovado e solicita
208 a Secretária Executiva esclarecimentos, que informa que esteve sozinha por um
209 tempo no setor, e não teve condições de concluir, mas que está executando e em
210 breve estará a publicação. E Herman pela Icaracol questiona se a validade é apenas a
211 partir da publicação e se o antigo ainda está vigente. Ambas afirmam que é somente
212 após a publicação. Sandro pelo CREA diz que também tem uma sugestão, para o ano
213 que vem, que de 2021 a 2030, que a ONU declarou a década da restauração florestal,
214 e sugere o estudo entre o CONSEMA, SEMA e Governo do Estado, de programas de
215 restauração florestal, pois o Brasil assumiu o compromisso de restaurar 12 milhões de
216 hectares, visando fortalecer essa política nacional de vegetação nativa, tendo em vista
217 que Mato Grosso não tem nenhum plano ou política. A Presidente agradece a fala e
218 afirma que será incluída uma pauta nas futuras reuniões para se criar a Comissão,
219 visando discutir ao longo do ano que vem. O Conselheiro Herman pede a palavra
220 novamente para complementar e louvar a sugestão do Sandro, e que precisam ter
221 iniciativa, por parte da ONG,s com relação à restauração, recomposição e se pensar
222 numa jornada de discussões intersetores. A Presidente informa a existência do projeto
223 desenvolvido pelas SEMA “Juntos pelo Araguaia” que trata exatamente de
224 recuperação de áreas de restauração, e que pode trazer o status do projeto para os
225 Conselheiros ajudem no desenvolvimento. Passa a palavra ao Conselheiro Bazan
226 pela Guardiões da Terra que informa que a ONU tem um programa de cadastramento
227 todas as árvores que são plantadas no planeta, é um aplicativo grátis, todos podem
228 ter acesso, o programa começou em 2004, que Mato Grosso não aderiu esse
229 aplicativo, devido à falta de assessoria. Que o programa foi atualizado e podem ser
230 cadastrados plantações desde 2017 no programa, entende que isso é importante e
231 que MT, que pode dar um salto em um curto espaço de tempo. A Presidente afirma
232 que tem muito pontos a se discutirem e que o CONSEMA tem mesmo que ter esse
233 protagonismo. O Conselheiro Álvaro pela Ação Verde deseja contribuir também, que
234 juntando as falas dos anteriores, emerge a importância do CONSEMA em ser
235 importante para o Mato Grosso, que o CONSEMA tem que sair desse único papel de
236 aprovar projetos, não que não seja importante. Que o estudo o IMEA – Instituto de
237 Mato-grossense de Economia Aplicada que aponta um déficit de 200.000 hectares de
238 floresta de biomassa, que os compromissos assumidos em COP, ficam perdidos,
239 sumidos e apenas no plano da ideia. Álvaro faz uma indicação de chamar a SEDEC
240 no CONSEMA, pois é o responsável e gestora do fundo nacional da reposição
241 florestal visando explicar quais são os projetos que estão alojados, que deve haver
242 pensamento em conjunto. Que em 15 anos o Estado não saiu de 160.000 hectare de
243 floresta plantada. A Presidente concorda e afirma que irá providenciar. O Conselheiro
244 Herman, ainda, diz que tem acompanhado diversas discussões como mensagem ao
245 Legislativo, ou que partem do legislativo, a exemplo a lei do pantanal, mensagem do
246 governador em relação as unidades de conservação, questão de mineração em
247 reserva legal, que acredita que esses objetos de interesse do CONSEMA, e que
248 devem se apropriar dessas discussões e aprofundar, sugere convidar o Deputado

249 Avalone ou sua assessoria, para se aproximarem e trabalharem em conjunto. A
250 secretária Silvia, ressalta que em janeiro, vários conselheiros estarão de recesso e
251 que esses assuntos devem estar em pauta em fevereiro. A Presidente lembra que na
252 próxima pauta irão deliberar sobre o calendário, e assim podem definir os temas.
253 Sandro reforça que enviou no chat 2 assuntos para colocar na próxima reunião, de
254 restauração quanto a política estadual e do plano estadual de recuperação de
255 vegetação nativa, e oferece o envio do plano nacional de recuperação, e diz que MT
256 precisa ter um também, igualmente ao Pará. Reforçando a fala do Álvaro, que o
257 CONSEMA tem que trabalhar a nível macro em questões de políticas. Bazan reforça o
258 aplicativo como ferramenta para contribuir no registro e acompanhamento. Não
259 havendo mais inscrição para o uso da palavra livre e não tendo mais nenhum assunto
260 a tratar. A Sra. Lilian Ferreira dos Santos, Presidente do CONSEMA em substituição,
261 agradece a participação e disposição de todos, deu por encerrada a 11ª Reunião
262 Ordinária do CONSEMA, a ata foi lavrada pela Sr.ª Valéria Auto Botelho e assinada
263 pela Presente.

264
265
266
267 Lilian Ferreira dos Santos
268 Presidente do CONSEMA,
269 em substituição
270